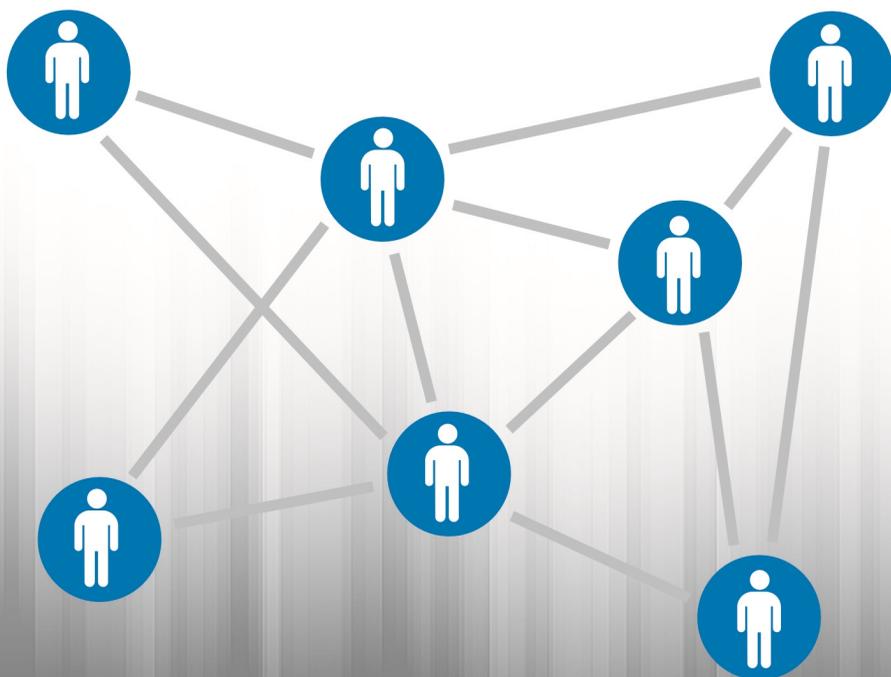


CEDECONDH

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e
Segurança Urbana da Câmara Municipal de Porto Alegre



Presidente: Dr. Thiago Duarte

Alex Fraga

Adeli Sell

José Freitas

João Bosco Vaz

Marcelo Sgarbossa

Alberto Kopitke

2016

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES DA COMISSÃO DE
DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS
HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA
CEDECONDH EM 2016**

Vereador Dr. Thiago Duarte
Presidente

Vereador Alex Fraga
Vice-presidente

Vereadores integrantes

Adeli Sell

João Bosco Vaz

José Freitas

Marcelo Sgarbossa

Alberto Kopittke

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos, Segurança Pública e Urbanismo (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre, organizou uma pauta que contemplasse os Direitos Humanos na área da saúde, a Segurança Pública pela criação, ampliação, manutenção e o não fechamento dos postos de policiamento nos bairros e a qualidade dos serviços prestados nas áreas da telefonia e energia elétrica. A comissão também foi responsável por fazer frente à reabertura do Hospital Parque Belém, fechado pela Secretaria Municipal da Saúde e também pela manutenção dos cursos do Senai na Restinga em vias de encerrar as suas atividades por falta de acordo com a prefeitura. Enfim, foram ações importantes nas áreas da saúde, educação e segurança pública que contribuíram pela manutenção de importantes serviços à sociedade Porto-Alegrense. Compilamos nesta publicação, os principais assuntos tratados durante o ano nas sessões realizadas na Câmara e fora dela com a ida de parlamentares até os locais que apresentavam problemas, conflitos e soluções.

Vereador Dr. Thiago
Presidente

ÍNDICE

Cabeamento subterrâneo só beneficia o Centro Histórico da Capital.....	5
Luz para o Vale dos Pinheiros.....	9
Servidores do Pacs denunciam estado de sítio e toque de recolher.....	10
Segurança do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul.....	15
Dificuldades do Programa Vou à Escola.....	17
Fechamento de postos policiais deixa bairros em alerta.....	19
Moradores denunciam descaso em bairros do Extremo Sul.....	21
Direitos humanos dos idosos são debatidos na Cedecondh.....	22
Plano Municipal do Idoso.....	25
Porto Alegre pode proibir propaganda pública de bebidas alcoólicas e fumo.....	28
Cedecondh e Sindipark debatem preço dos estacionamentos na Capital.....	31
Vigilância em Saúde retira interdição de ala do Hospital Parque Belém.....	32
Regulamentação da lei que protege celíacos.....	35
Procon apresenta aplicativo em reunião da Cedecondh.....	37
Situação dos albergues mobiliza vereadores.....	39
Moradores do Túnel Verde reivindicam realização de obras.....	41
Cedecondh debate situação dos professores após greve.....	44
Cedecondh evita o fechamento do Senai Restinga.....	48
Reunião foi decisiva para evitar o fechamento.....	48
Cedecondh recebe demandas de pessoas em situação de rua... ..	52

CVV propõe criação do "Setembro Amarelo"	56
Acelbra cobra implementação de leis no Dia Municipal do Celíac	58
Cedecondh alinha acordo para reciclagem do lixo na comunidade Beira do Rio.....	61
Impasse legal dificulta geração de renda para comunidade de recicladores no Humaitá.....	65
Técnicos em enfermagem reclamam regressão.....	69
Falta de infraestrutura do terminal de ônibus prejudica moradores da Restinga.....	72
Nomeação de oficiais da Guarda Municipal.....	76
SMIC se compromete a agir com rapidez na Cidade Baixa.....	80
Adulteração do leite e seus derivados.....	83
Retiro a Ponta Grossa e os alagamentos.....	86

Cabeamento subterrâneo só beneficia o Centro Histórico da Capital

A primeira sessão do ano, realizada em 23 de fevereiro, os vereadores que integram a Comissão e defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública da Câmara Municipal de Porto Alegre debateram, na presença de convidados, o serviço de rede subterrânea para o abastecimento de energia elétrica, telefonia e TV a cabo na Capital, tendo por base a Lei municipal 10.337, de 20 de dezembro 2007, de autoria da ex-vereadora Neusa Canabarro. Na abertura dos trabalhos, o presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte (PDT), leu o termo na íntegra, esclarecendo que “em cima da Lei” é que se deve adequar a legislação municipal com a finalidade de auxiliar em casos de fenômenos naturais como o que ocorreu no dia 29 de janeiro deste ano, com um temporal que devastou boa parte de Porto Alegre. Dr. Thiago destacou que a lei de 2007 “foi profética, pois listou exatamente os pontos atingidos pela tempestade”.



Reunião avaliou consequências do temporal de janeiro

Para Nelcir Tessaro, da Defesa Civil de Porto Alegre, a discussão volta em boa hora, “momento em que ainda sentimos os efeitos daquele desastre natural, quando milhares de árvores foram arrastadas pelo vento”. Destacou que o que mais preocupou os agentes da Defesa Civil foi a fiação elétrica. “Não sabíamos se os fios que estavam enrolados nos galhos ou no chão eram energizados.”

Luiz Fernando Colombo, do Departamento de Iluminação Pública (DIP) da Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov), esclareceu que não é difícil diferenciar os cabos, alegando que “os de telefonia e de TV são pretos e ficam abaixo dos fios de luz”. Reforçou que cerca de 90% do cabeamento subterrâneo fica no Centro Histórico da Capital, mas reconhece que não tem ocorrido a expansão dos serviços por questões de custos operacionais. Afirmou que gradativamente está se procurando evitar a colocação de cabos de telefonia em postes de luz no Centro, já pensando num processo de tornar toda a fiação subterrânea.

Emaranhados



Operadoras criaram grupo de WhatsApp

Jaime Bordin, da operadora Oi, disse que foi criado um grupo no aplicativo WhatsApp envolvendo todas as operadoras e prefeitura, não apenas para tratar dos problemas relacionados ao temporal, mas também para tentar administrar um problema sério que ocorre em relação à fiação e distribuição de cabos.

“Encontramos verdadeiros emaranhados praticamente impossível de descobrir a quem pertencem”, afirmou, revelando ainda que a confusão é tanta que, nos prédios antigos, torna-se difícil conseguir instalar redes devido ao aglomerado de fios. Para os representantes do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), a maioria dos prédios foi concebida quando esta tecnologia não existia. “É preciso adaptá-los com a instalação subterrânea, o que os torna oneroso”, justificam.

Outro fator que onera os serviços é destacado pelo engenheiro da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Cristiano Dalmeida da Rosa afirmou que o contrato da Aneel estabelece alguns critérios de investimentos que chamou de “prudentes e não prudentes”, o que regula os serviços da Companhia. Disse que não vê nenhum impedimento para realizar o projeto, mas isso, segundo ele, envolve a taxação de tarifa.

Arborização

Para Valéria Damasceno Ferreira, arquiteta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), os bairros mais atingidos são os que possuem maior número de árvores plantadas em Porto Alegre. “Cidade Baixa e Menino Deus foram concentrar uma grande quantidade de áreas verdes e parques”, afirmou, alertando que muitas das árvores que caíram estavam praticamente condenadas ou plantadas de forma inadequada. Disse que há necessidade que se faça um

projeto para plantio de árvores na cidade. “Elas são plantadas aleatoriamente pela população. ” Ele admite que, muitas vezes, elas ocupam locais não recomendados. “Mais tarde podem afetar a tubulação de esgoto ou a fiação elétrica”, por exemplo. A vereadora Mônica Leal (PP) exibiu uma foto do exato momento em que dois andares de um prédio pegaram fogo por conta do rompimento dos fios energizados durante o temporal. Enormes árvores foram derrubadas pelo vento provocando o sinistro, afirmou. Já o vereador Professor Alex Fraga (PSOL) criticou a falta de verbas para investimentos no trabalho de controle, fiscalização e análise fitossanitária por parte da Smam. Pediu informações sobre o número de servidores para esta atividade na secretaria, alertando que “deve ser o mínimo do mínimo necessário”.

Procon

Cauê Vieira, diretor do Procon, afirmou que os problemas relacionados às operadoras é o mais recorrente das ações e audiências em relação à defesa do consumidor, por se tratar de um direito ao cidadão pela forma como os serviços são prestados. “O cidadão paga e não recebe o serviço adequado”, afirmou. Lembrou da necessidade de que novos empreendimentos já disponibilizem as condições para que se “façam cabeamento subterrâneo” e que as incorporadoras devolvam em contrapartidas à realização de serviço em toda a cidade. Para Dr. Thiago, “a Casa deve se debruçar sobre uma fórmula de identificação destes casos”, afirmando que a população tem que ser protegida, bem como as operadoras e prestadores de serviços que querem trabalhar adequadamente e não tem respaldo do poder público. Também participaram da sessão os vereadores Alberto Kopittke (PT), Marcelo Sgarbossa (PT) e João Bosco Vaz (PDT).

Luz para o Vale dos Pinheiros

Os moradores do condomínio Vale dos Pinheiros, localizado na Avenida Juca Batista, Zona Sul de Porto Alegre pedem a regularização no fornecimento de energia elétrica e água potável.



A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Urbanismo realizou uma sessão pública junto da comunidade para encaminhar as demandas que impedem a regularização. O relato dos moradores ao presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte, foram desde a precariedade no fornecimento de água e luz, a problemas de limpeza e conservação das ruas. Segundo representantes da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, a maior dificuldade para a instalação de luz elétrica nas casas é a situação irregular da área em que as famílias se encontram. Trata-se de uma Área de Preservação Permanente – APP, e para isso é necessário a liberação da prefeitura para realizar as obras.

Os técnicos da CEEE afirmaram que tão logo os moradores conseguirem a anuência do Executivo, a Companhia poderá entrar com o projeto Energia Legal, abastecendo desta forma todas as casas.

Servidores do Pacs denunciam estado de sítio e toque de recolher

Uma sessão conjunta das Comissões de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) e de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), da Câmara Municipal de Porto Alegre, reuniu vereadores, comunidade e servidores no Pronto Atendimento da Vila Cruzeiro do Sul (Pacs) no dia 8 de março. Na pauta, os recentes tiroteios e invasões do Pacs, envolvendo integrantes da guerra do tráfico, bem como a falta de segurança e a ausência de um plano de proteção aos servidores e pacientes.



Servidores e a insegurança para trabalhar

O encontro aconteceu em uma pequena sala no segundo andar do Pacs. “Precisamos de uma sala maior para poder acomodar esta gente”, reclamou a promotora de Justiça Liliane Pastoriz, referindo-se à grande quantidade de pessoas que foi até o Posto para participar da reunião e não conseguiu acomodação.

Segundo a direção do Pacs, o auditório estava sendo utilizado para outro evento. Para o presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte (PDT), o que houve foi um “boicote” do poder público (da prefeitura e da Secretaria Municipal da Saúde) na tentativa de inviabilizar a sessão conjunta no Pacs.

Toque de recolher

A enfermeira Rosana Metrangolo entregou aos vereadores um documento elencando uma série de reivindicações para a segurança no Pacs. O conjunto de medidas vai desde a instalação de um botão de emergência para ser acionando quando o local for atacado até a retirada de “torpedos de oxigênio” que estão instalados em uma sala na frente da “linha de tiro do tráfico”. Segundo ela, os torpedos oferecem um grande risco de explosão caso uma bala atinja um deles, “o que levaria ao ar o prédio todo”.



Tubos de oxigênio na linha de tiro

Vistoria

O Ministério Público decidiu fazer uma vistoria do Pacs para constatar a atual situação. Liliane Pastoriz e o promotor de Justiça Alexandre Thomé, acompanhados de representantes do Comando da Brigada Militar, da Secretaria Municipal de Segurança e da Polícia Civil, além da presidente da Cosmam, vereadora Lourdes Sprenger (PMDB), e dos vereadores Alberto Kopittke (PT) e Marcelo Sgarbossa (PT), percorreram as dependências do Pacs, lamentando, no final, a situação precária na área da segurança. Segundo os promotores, é bom o atendimento aos pacientes, mas a segurança deixa a desejar.

Enquanto isso, numa sala de reuniões do segundo andar, Dr. Thiago e o vereador Dr. Goulart (PTB) ouviam as demandas dos servidores da saúde.

Samu

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no Postão da Vila Cruzeiro convive com a insegurança. “Nossas equipes não têm nenhum tipo de proteção ou escolta”, reclamou a técnica de enfermagem Martha Sander. Segundo ela, os profissionais precisam receber um adicional de risco de vida “por insalubridade em grau máximo”, tamanho o perigo que correm diariamente.

O técnico de enfermagem Ronald da Cunha Oliveira reforçou o que a comissão de vereadores e a Promotoria vêm constatando. “Não se tem segurança alguma”, disse, lamentando a falta de policiais no local. De acordo com ele, “só tem um guarda, servindo de alvo no pátio”.



Toque de recolher, pacientes ficam sem atendimento

Outra demanda relatada pelos servidores é a inexistência de uma “sala de segurança” para proteger enfermeiros e pacientes em caso de ataque. “Vivemos um estado de sítio com direito a toque de recolher”, afirmam, revelando que situação igual ocorre no Pronto Atendimento da

Vila Bom Jesus. À noite, segundo eles, "é uma roleta russa" entrar ou sair do Postão tamanhas chances de ser atingido por uma bala perdida dos tiroteios entre os traficantes ou entre a polícia e os bandidos.

Como relataram, as ambulâncias do Samu precisam ser escoltadas para remover pacientes, mas dificilmente conseguem com que a Brigada Militar faça esse serviço. "Na falta de proteção oficial, cheguei a ser escoltado "pelos soldados do tráfico" para levar um paciente até o Hospital de Pronto Socorro", afirmou o motorista Alessandro Souza Rosa do Sindicato dos Condutores de Ambulâncias do Estado e que trabalha no Pacs.

No final, tanto Cosmam, Cedecondh e o Ministério Público entenderam que se faz urgente chamar os gestores das áreas da saúde e da segurança para que se discuta e se chegue a um consenso sobre o compromisso de cada um no caso. "Não podemos ficar assistindo de braços cruzados", disse a vereadora Lourdes Sprenger, que já testemunhou um tiroteio entre gangues rivais quando visitava o Postão na companhia do vice-prefeito Sebastião Melo. A situação é tão delicada, que, na próxima terça-feira (15/3), todos serão chamados novamente, desta vez para um encontro na Câmara Municipal com objetivo de "delinear compromissos", afirmou Dr. Thiago.

Segurança do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul

A segurança para usuários e profissionais da saúde no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (Pacs) voltou a ser discutida em pauta da Comissão no dia 15 de março. É que nos últimos meses, o posto se manteve fechado por alguns períodos, devido à ocorrência de conflitos armados próximo ao local e até mesmo no interior da unidade de saúde.



Faltou a CPI

Rosana Metrangolo, enfermeira do Posto de Atendimento, lamentou a falta de uma CPI da Saúde pela Câmara Municipal que tentou ser implantada pelo Dr. Thiago, mas não teve respaldo da maioria dos vereadores. “Agora, estamos vivendo o reflexo do descaso.

O Posto está pedindo socorro”. Falou também Paulo Rogério, representante dos Condutores de Ambulância do RS: “Este ano, mais de cem plantões estiveram fechados por falta de funcionários. É uma verdadeira calamidade pública”.

Já Ana Maria Lopes, da Coordenação Municipal de Urgência e Emergência da Secretaria da Saúde, confirmou que há falta de profissionais, mas que não há vagas em

função da licença de aposentadoria dos funcionários da unidade.

O tenente-coronel Kleber Goulart, do 1º Batalhão da Polícia Militar, fez uma prestação de contas e se colocou à disposição para sugestões e debates: “Lidamos com alto grau de reincidência criminal. É uma situação complicada”.



Encaminhamentos pedem ação eficaz do Executivo

Baseado nos depoimentos feitos na reunião, o presidente da Cedecondh, vereador Thiago Duarte (PDT), fez os seguintes encaminhamentos: pedidos de providências e informações relacionados ao adicional de risco de vida; local próprio para o Samu, com escolta da Brigada Militar; melhorias na estrutura física do local; treinamento de servidores pela Brigada e pela Guarda Municipal; e serviço de vigilância 24 horas para o Postão.

Dificuldades do Programa Vou à Escola

Em 22 de março, a comissão discutiu o Programa Vou à Escola, direcionado para jovens de baixa renda da Capital. Na ocasião, estavam presentes representantes da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (Uges), do Ministério Público e da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (Umespa).



Estudantes sem transporte escolar

O programa Vou à Escola é uma iniciativa que favorece o meio de transporte para jovens de baixa renda, que moram longe das instituições de ensino. "A maioria destes jovens que residem em zonas periféricas estuda em locais mais afastados. Por isso, o programa é tão necessário", disse Prof. Alex Fraga.

Segundo o vereador, em fevereiro deste ano uma matéria publicada nos jornais denunciou a falta de transporte para jovens estudantes de baixa renda da Capital. Como

destacou, houve quebra de contrato entre o Estado e o Município. "São aproximadamente 7 mil alunos que dependem deste transporte. Sabemos como é difícil incluir estes alunos nas escolas; precisamos de apoio do Estado e também do Município", disse.

Presidente da Uges, Marcos Adriano Prestes destacou a importância de apoio do Executivo aos alunos. "O estudante deve ter seu direito preservado e ampliado. Estamos na luta em defesa de milhares de alunos da Capital", disse. Segundo ele, sem incentivo muitos alunos deixarão de ir à escola, o que aumentará o índice de evasão.

"O jovem precisa do apoio, ainda mais nessas circunstâncias. Muitas famílias não podem custear passagens de ônibus, e a Prefeitura, junto ao Estado, deveria entender isso."

A procuradora do Ministério Público Maria Regina Fay de Azambuja relatou que, até o momento, não houve reclamações sobre o programa e que muitos municípios preferiram não aderir ao Vou à Escola. "O programa não é de participação obrigatória. Muitas escolas não participam. Inclusive foi aberto um contrato emergencial para que alunos de escolas não-cadastradas tenham ônibus para estudar", disse. No fim da reunião, foi proposto um novo encontro com a secretária municipal de Educação Cleci Jurach, para debater as questões sobre o programa.

Fechamento de postos policiais deixa bairros em alerta

Representantes da Brigada Militar e moradores dos bairros Lindóia, São Sebastião e Ipanema, foram à Câmara no dia 29 de março para denunciar à Cedecondh falta de segurança e a situação dos postos de policiamento nos bairros.



Culpa pela insegurança é a falta de efetivo

Representante do Conselho Comunitário da Associação de Moradores do Bairro Lindóia, Gilmar Drago questionou a falta de efetivo como justificativa para a ausência de postos na comunidade: “A desculpa dada sempre é a da falta de efetivo, mas não falta”. Waneza Vieira, presidente da Associação de Moradores do Bairro Ipanema, concorda: “Essa justificativa já é dada há muitos anos, e a Brigada é tudo para o cidadão em questão de segurança. Seria um atraso fechar os postos da Brigada Militar”. Vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos Humanos, Luisa Stern ressaltou que os problemas enfrentados pela segurança pública atingem diretamente toda

população porto-alegrense, devido às más condições de trabalho fornecidas aos policiais militares. "Realmente é muito difícil que se desenvolva uma segurança eficaz quando estes profissionais obtêm parcelamento e atrasos no salário, cortes de horas extras e condições indignas de trabalho", disse.

O tenente-coronel do 20º Batalhão da Brigada Militar Egon Kvietinski destacou que foram adotadas novas medidas para atender com mais facilidade as comunidades. Segundo ele, as novas tecnologias influenciam para o andamento das operações. "O Whatsapp é uma ferramenta fácil, prática e rápida que nos ajuda muito. Além de manter contato com a comunidade, o número de casos bem-sucedidos aumentou."



Brigada Militar aposta em novas tecnologias

Kvietinski relatou ainda que é necessário adotar medidas criativas. "Em algumas situações, tivemos que fechar postos. Posso afirmar que, mesmo com o fechamento, não houve influência no número de ocorrências", disse. Ao findar a reunião, foi encaminhado um abaixo-assinado dos moradores do Bairro Lindóia para a manutenção dos Postos Avançados no local.

Moradores denunciam descaso em bairros do Extremo Sul

A falta de serviços municipais e alagamentos no Extremo Sul de Porto Alegre foi o tema da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), no dia 5 de abril. O presidente da Comissão, vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), destacou que faltam obras de planejamento de saneamento básico em determinadas localidades como Lami, Ponta Grossa e Sapolândia. Dr. Thiago citou ainda os frequentes alagamentos nas residências destas comunidades, que prejudicam e afetam diretamente a saúde dos moradores locais. Representante do bairro Ponta Grossa, Elaine Machado, ressaltou que são feitas diversas promessas à comunidade, mas até o momento não obtiveram respostas positivas. "Existem, na minha rua, obras inacabadas, acumulando água parada. A Prefeitura trata o Extremo Sul como um depósito de lixo", disse.



Elaine: Só na promessa

Segundo o vereador Mauro Zacher (PDT), é necessário a liberação de verbas do Governo Federal para dar continuidade às obras inacabadas destas regiões. "Não é possível realizar o asfaltamento em todas as vias. Na Smov estudávamos a possibilidade de asfaltar muitas delas." Ao complementar a fala do vereador, o diretor da Divisão de Conservação de Vias Urbanas da Smov, Delmar Cabreira, afirmou que "sem uma grande obra de macrodrenagem nessas regiões, o problema não será resolvido, e não temos recursos para tal".

No decorrer da reunião, foi encaminhado que a Comissão solicite ao Dmae, DMLU e EPTC uma resposta justificando as ausências nas reuniões realizadas pela comissão, além da realização de um cronograma de prazos para o término das obras.

Direitos humanos dos idosos são debatidos na Cedecondh

No dia 12 de abril os vereadores que integram a Cedecondh discutiram os direitos humanos dos idosos, bem como a necessidade da implantação de políticas públicas mais efetivas para garantir maior integração social da terceira idade no município, entre elas os serviços prestados pelas casas geriátricas da Capital e a regionalização do atendimento em saúde.



Rede colaborativa precisa ser acionada

O grande objetivo do encontro foi traçar metas conjuntas e construir uma rede colaborativa, composta entre os poderes públicos municipal e estadual e as entidades representativas, para promover e incentivar a inclusão social dos idosos e melhorar a acessibilidade na Capital, impulsionando qualidade de vida e novos estatutos, visando ao amparo e à proteção dos mesmos.

Estatuto do Idoso

De acordo com o coordenador do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindinap/RS), Lélío Luzardi Falcão, o primeiro Estatuto do Idoso foi instituído em outubro de 2003. “A Organização das Nações Unidas (ONU) já realizou duas conferências sobre a área do envelhecimento para tratar sobre o tema. Temos 497 municípios no Rio Grande do Sul, sendo que somente alguns distritos têm Conselhos Municipais e o Fundo Estadual do Idoso. Temos uma proposta efetiva de ação para cuidar dos idosos.

Lançaremos a Campanha do voto útil para incentivar a população a votar somente em candidatos comprometidos com a população idosa”, informou.

Lélio afirmou ainda que Porto Alegre realizou o primeiro Fórum Social Mundial da População Idosa, em janeiro de 2016 e aprovou uma Carta Magna que está sendo utilizada na busca de garantir os direitos sociais destas pessoas.

Envelhecimento ativo

Para o advogado, representante da Comissão Especial do Idoso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Cristiano Lisboa Martins, a grande preocupação da entidade é em relação à regulamentação da legislação e ao fomento de políticas públicas mais eficientes para o cuidado com o idoso. “Nos preocupamos com o acesso à informação que os idosos precisam e necessitam. Estamos desenvolvendo o Projeto da Cartilha do Idoso para distribuir para toda sociedade e informar quais são os serviços essenciais de atenção básica disponíveis”, reiterou.



É preciso desburocratizar

“Queremos desburocratizar o acesso do idoso às políticas públicas do município. No Rio Grande do Sul, temos somente duas Delegacias de Polícia especializadas no cuidado com os idosos, localizadas em Porto Alegre e em Santa Maria, porém em ambas ainda existe falta de acessibilidade e estrutura adequada. Precisamos de instalações das delegacias de polícia do idoso no interior do Estado”, ratificou.

Já para o representante da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Leonildo José Mariani, é preciso também capacitar os servidores das Delegacias de Polícia. “Há a necessidade de implantação dos cartórios na defesa da população dos mais vulneráveis e idosos”, afirmou.

Plano Municipal do Idoso

O secretário-adjunto da Secretaria Municipal do Idoso, Fábio Zanatta, afirma que a consolidação do Plano Municipal da Pessoa Idosa é uma ferramenta importante para a construção e elaboração das políticas públicas da Capital. “Temos 64 metas para subsidiar por quatro anos, com dados atuais, para identificar problemas e demandas. Hoje a Secretaria Adjunta do Idoso e a Procuradoria do Idoso têm parceria com o Fundo do Idoso, que destina 5% da reserva para servir e capitanear as causas geriátricas de clínicas menores, visando ampliar o acolhimento.”

O vereador João Bosco Vaz (PDT) destacou que é fundamental um olhar mais amplo para o idoso. “Não precisa de novas leis, tem que cumprir as que já existem. O Município promove, diariamente, das 7 às 22 horas, no Ginásio Tesourinha, atividades recreativas, sociais e de lazer, incluindo danças, ginástica e aulas de ioga para

aproximadamente 1.400 alunos com pessoas da terceira idade", disse. "Criei durante a minha Gestão na Secretaria Municipal de Esportes a Clínica de Fisioterapia Esportiva. Lá amparamos o idoso porque o esporte é essencial. Desta forma, estaremos contribuindo para diminuir as questões de saúde. Se o idoso tiver qualidade de vida, ele viverá melhor. Fomentamos também jogos da terceira idade. Dispomos de 500 equipes de bocha, tudo isso a um custo de apenas R\$ 30 por todo semestre", explicou Bosco.

O conselheiro do Conselho Municipal do Idoso, Jorge Lucas, acredita que falta a contextualização do envelhecimento em uma sociedade em crise. "Focamos na visão estratégica que engloba educação e cultura para a sociedade", observou.

Encaminhamentos

O presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), afirmou, ao final do encontro, que a comissão pretende organizar uma cartilha para atenção ao idoso e tratará pessoalmente do acompanhamento e da fiscalização dos temas primordiais discutidos, envolvendo: as casas geriátricas (Ilps), das quais muitas ainda atuam sem as mínimas condições básicas; o Serviço de Verificação de Óbitos conveniado com as universidades, a fim de evitar que o idoso que não morre de causa violenta não seja necropsiado; os atendimentos e consultas especializadas, visando à regionalização do atendimento em saúde começando pela pessoa idosa, priorizando o atendimento próximo das residências; a validade das receitas médicas para que as mesmas não precisem ser especialmente do SUS; e, por fim, a preocupação com a Dieta Enteral, as fraldas geriátricas e as doenças sexualmente transmissíveis.

A reunião também contou com a presença da Secretaria Estadual da Justiça e Direitos Humanos, além da Defensoria Pública do RS, Ministério da Saúde, Ministério Público Estadual, Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Procuradoria-Geral de Justiça, Tribunal de Justiça, entre outras entidades e órgãos representativos do setor.

Porto Alegre pode proibir propaganda pública de bebidas alcoólicas e fumo

Em reunião conjunta das comissões de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) e de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), no dia 26 de abril, vereadores defenderam a necessidade de excluir a visibilidade para o álcool e o fumo na Capital. A proposta foi apresentada na Câmara Municipal de Porto Alegre por duas pessoas que atuam no tema: o médico pneumologista Luiz Carlos Correa da Silva, da Santa Casa, e o psicoterapeuta Mauro Kwitko, que distribuíram cópias de uma proposta de projeto de lei que busca proibir a exposição, publicidade e promoção de bebidas alcoólicas e produtos fumageiros no Município.



Médico da Santa Casa Luiz Carlos Correa da Silva (d)

“Quem há 30 ou 40 anos poderia pensar que teríamos hoje essa situação de ninguém fumando em um ambiente fechado?”, ressaltou o pneumologista, que acredita que a visibilidade zero ajudará a diminuir a iniciação dos jovens. “O cigarro está muito próximo de crianças e jovens. Está nos pontos de venda, ao lado de balas e outros atrativos. Mais de

70% desses pontos estão próximos a escolas e universidades. Os jovens acabam sendo levados, mesmo que muitas vezes não queiram”, comentou.

Silva destaca que o objetivo é evitar “induzções”. “Se a lei federal permite, temos que acabar mexendo na lei maior. Sem lei, vamos marchar muito lentamente. Por isso que defendemos este projeto. Mas o principal é começar a discussão. Por isso estamos aqui”, disse Silva.

“Queremos que comece por Porto Alegre, mas acreditamos que todas as cidades vão seguir esse caminho no futuro”, complementou Kwitko. “É um projeto bastante utópico e futurista, mas nunca vi nenhuma pessoa contrariar que quanto mais se enxerga a droga, mais estímulo ao consumo se tem”.

Segundo ele, a visibilidade do cigarro atualmente é de 5%. “Mas a cerveja tem propaganda por todo lado. Temos que ficar atentos porque a maconha não é a porta de entrada para outras drogas. É a bebida alcoólica”.

Titular da Secretaria Municipal da Saúde, Fernando Ritter disse que a proposta para inibir a propaganda é muito bem-vinda. “Vamos enfrentar a força do lobby contrário. Muita gente que tem na propaganda uma forma de incentivar o consumo”, lembrou. “Nosso trabalho maior será sensibilizar a indústria que vive disso. Se conseguirmos, poderemos reduzir o número de internações hospitalares por problemas ligados ao tabagismo e ao consumo de álcool.

“Conforme Ritter, existem cerca de 177 mil pessoas que fumam em Porto Alegre. “É a Capital com maior número de fumantes do País”. O secretário também afirmou que a cidade tem uma capacidade de tratar quem quer parar de fumar que está acima da quantidade de pessoas que procuram o tratamento. “O índice de sucesso foi de 40%, acima da média de 30% de quando a gente introduz a pessoa num grupo de

combate ao tabagismo. Desta forma, levaríamos oito anos para atender a todos os fumantes que temos na Capital”.

Vereadores

O primeiro parlamentar a se manifestar sobre a proposta foi Adeli Sell (PT), que defendeu a importância da medida, mas ponderou sobre a possibilidade de o projeto ser inconstitucional. O vice-presidente da Cedecondh, Prof. Alex Fraga (PSOL), afirmou ser sensível à mobilização. “Crianças são permeáveis a estímulos externos. E os veículos de comunicação focam muito em peças coloridas, com crianças e adolescentes como público-alvo. Muitas marcas de bebidas e fumo também têm essa intenção”. Finalizou dizendo ser favorável. “Mas temos que ver como isso pode ser feito dentro da legalidade”.

Já o presidente da Cedecondh, Dr. Thiago Duarte (DEM), apontou os problemas que o cigarro causa na saúde. “Pesquisas mostram que os jovens entram para as drogas por meio do álcool. Ou seja, o trampolim para as drogas mais pesadas sempre é a bebida”, ressaltou.

Como encaminhamento, o vereador propôs que se crie um grupo para tentar construir um projeto de Lei. “Podemos reunir vereadores, secretarias e a Defensoria Pública para retirar qualquer viés de inconstitucionalidade e apresentar o projeto conjuntamente”, afirmou.

Cedecondh e Sindipark debatem preço dos estacionamentos na Capital

O preço elevado dos estacionamentos em Porto Alegre foi o tema da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), no dia 3 de maio, na Câmara Municipal de Porto Alegre. Na ocasião, estavam presentes representantes do Procon-RS, Sindipark e Receita Federal.

O presidente do Sindipark, Francisco Nora, destacou que Porto Alegre sofre diretamente com a crise econômica e que as empresas devem estar dispostas a sofrerem alterações. Conforme citou, os problemas de mobilidade urbana e valorização imobiliária são outros fatores que contribuem para o aumento no valor dos estacionamentos. "Esses dias me perguntaram se achava caro o preço cobrado pelos estacionamentos e, sim, eu acho caro. Mas a valorização do mercado imobiliário para estes locais onde estão estas empresas de estacionamento é alta, sem levar em consideração o custo de mão de obra", disse.

Segundo Nora, algumas empresas sentiram a queda no movimento de veículos, o que causou demissões e reajustes nos valores das diárias nos estacionamentos, principalmente do centro da Capital. "A crise chegou para diversos setores do mercado. Infelizmente, devido à valorização imobiliária que é muito forte, se estes locais reajustarem o valor para um preço menor, o estabelecimento fecha." Ao destacar as reclamações dos usuários do serviço de estacionamento, o representante do Procon-RS, Cauê Vieira, ressaltou que o maior número é referente ao não fornecimento de nota fiscal pelo serviço. "Se colocarmos na balança, as reclamações pelo preço dos estacionamentos não são relevantes, em relação à falta de assistência e fornecimento de notas fiscais."

Cauê frisou ainda que o trabalho exercido pelo Procon é avaliar a conduta do empreendedor com o cliente.

Vigilância em Saúde retira interdição de ala do Hospital Parque Belém

Após uma vistoria, realizada na manhã do dia 17 de abril, a Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde anunciou o fim da interdição da ala psiquiátrica do Hospital Parque Belém (HPB). Segundo o coordenador da CGVS, Anderson Lima, a direção e o corpo técnico da instituição demonstraram que tinham condições de fazer os reparos emergenciais necessários em vidros e na limpeza do prédio, localizado no Bairro Belém Velho. “Acompanhamos a evolução dos prontuários e a indicação de um responsável técnico. Por isso, decidimos levantar a interdição, que estava em vigor desde o dia 12”, ressaltou.



Ação rápida evitou que pacientes internados no HPB ficassem sem atendimento

O anúncio ocorreu durante uma visita de vereadores ao hospital. O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), Dr. Thiago Duarte (DEM), comemorou a medida. “O Parque Belém pode ajudar a diminuir os problemas na área de saúde pública de Porto Alegre. Estamos com o sentimento de dever cumprido, pois a Câmara Municipal pressionou o Executivo a realizar essa vitória, que resultou no fim de uma interdição injusta”, afirmou. Além dele, estiveram no local o presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), Dr. Goulart (PTB), e o vereador Kevin Krieger (PP), líder do governo municipal na Câmara.

O presidente do HPB, Luiz Augusto Pereira, disse que o objetivo agora é voltar a atender pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS). “A população necessita, especialmente na área de saúde mental”.

Mobilização

Dr. Thiago, presidente da Cedecondh, resumiu como responsável pelo resultado a ação rápida da Comissão. “Não perdemos tempo, mobilizamos o maior número possível de pessoas em defesa da causa e o resultado está aí”, observou. Lembra que logo que soube da decisão da Secretaria Municipal da Saúde em interditar o Hospital Parque Belém “procuramos entender o porquê da atitude” e vimos que o problema não era tão grave assim e que poderia ser revertido”, disse Dr. Thiago.



Secretaria da Saúde voltou atrás sobre a decisão

O apoio de vereadores e de pessoas empenhadas na manutenção e funcionamento do Hospital Parque Belém, no sentido de que ele volte a atender pelo Sistema Único de Saúde devolveu à sociedade uma das mais importantes casas de saúde da Capital que se receber a devida atenção do poder público resolverá o problema do atendimento na Zona Sul de Porto Alegre concluiu o presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte.

Regulamentação da lei que protege celíacos

A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre recebeu, no dia 24 de maio, a Associação dos Celíacos do Brasil (Acelbra) – Seccional RS para discutir a aplicabilidade e a regulamentação da Lei 11.808 de março de 2015, que obriga os restaurantes, bares, lanchonetes, confeitarias e estabelecimentos congêneres a informar os consumidores acerca da presença ou não de glúten na composição dos alimentos preparados e comercializados em tais estabelecimentos. Na sessão, ficou definido que o Procon e a Acelbra/RS irão elaborar uma proposta de regulamentação da Lei para apresentar aos estabelecimentos comerciais.



Vice-presidente da Acelbra/RS, Ester Benatti

Na ocasião, a vice-presidente da Acelbra/RS, Ester Benatti, apresentou os prejuízos causados pelo glúten nos organismos sensíveis a ele. “Nosso único tratamento, que é a alimentação sem glúten, não está em farmácias”, disse ela.

Ester também ressaltou a necessidade da aplicação da lei para que os celíacos possam alimentar-se também fora do lar. “A rotulagem deve ser preventiva, e os trabalhadores do setor alimentício devem ter o conhecimento necessário para nos atender”, declarou.

O vereador Adeli Sell (PT) afirmou que é necessário dialogar com os proprietários dos estabelecimentos. “Vamos fazer um bom debate e, com certeza, obter ganhos significativos”. Presente no encontro, o diretor-executivo do Procon Porto Alegre, Cauê Vieira, salientou que o direito à informação é garantido por lei.

“O Procon já se disponibilizou a auxiliar a Acelbra e isso já resultou em quatro processos administrativos. Segundo ele, a falta de informação qualificada é a principal causa do descumprimento da lei por parte dos estabelecimentos.



Entidades fazem proposta de regulamentação da Lei para apresentar aos estabelecimentos

Presidente da Cedecondh, o vereador Dr. Thiago (DEM) também destacou a necessidade de um entendimento mútuo. “Precisamos avançar rumo à confluência das entidades”,

disse ele. Também participou, Cláudio Pires Ferreira, presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores do Rio Grande do Sul.

Procon apresenta aplicativo em reunião da Cedecondh

O Procon Porto Alegre fez, em 31 de maio, uma apresentação sobre seu aplicativo para celular na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), da Câmara Municipal de Porto Alegre. O objetivo da divulgação foi esclarecer as funcionalidades do programa e comprovar sua eficácia. Estiveram presentes representantes da OAB e da Associação de Celíacos do Brasil (Acelbra/RS).

Lançado em 16 de março de 2015, o aplicativo foi criado porque “a sociedade de consumo é cada vez mais tecnológica e não seria lógico o Procon não seguir a tendência de seus clientes”, afirmou Cauê Vieira, diretor executivo do Procon Porto Alegre. Assim, o acesso ao órgão foi facilitado e mais denúncias puderam ser feitas. Segundo ele, o aplicativo foi o primeiro do Brasil a registrar ocorrências, repercutindo internacionalmente.

No aplicativo Procon Porto Alegre, é possível fazer denúncias, tirar dúvidas e ver o ranking das empresas com maior número de reclamações.



aúê Vieira (d) expôs a inovação aos vereadores

A vice-presidente da Acelbra/RS, Ester Benatti, declarou que o programa veio muito a calhar para a comunidade celíaca porto-alegrense: “Se eu não souber discriminar os rótulos dos alimentos, minha saúde corre um sério risco. O aplicativo é ótimo porque faço a denúncia instantaneamente – se estou no mercado, tiro uma foto do produto e já presto a queixa pelo celular”. O vereador Adeli Sell (PT) também se manifestou sobre a iniciativa: “Não deveríamos fazer só a divulgação, mas também um dia temático com o consumidor”, sugeriu.

Situação dos albergues mobiliza vereadores

O inverno gelado que se abate sobre a Capital é um grande infortúnio às pessoas em situação de rua. Compreendendo a importância do assunto, vereadores da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) visitaram o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), órgão da Defensoria Pública do Estado, criado em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O motivo do encontro foi a discussão da situação dos albergues no município de Porto Alegre.



Professor Alex (e) e Dr. Thiago conversaram com Mariana Cappelari e Ivana Battaglin (d)

Os parlamentares foram recebidos pela defensora pública Mariana Py Muniz Cappelari, dirigente do núcleo de defesa dos Direitos Humanos e coordenadora do Centro de Referência. Ela expôs que a Defensoria recebeu várias denúncias de irregularidades nos albergues, tais como problemas estruturais, falta de produtos de limpeza e de higiene pessoal, falta de camas e, em alguns casos, limitação

na quantidade de vagas disponíveis. “A população de rua é quem mais nos procura, pois é ela quem se utiliza dos serviços dos albergues”, destacou.

Representando o Ministério Público (MP), a promotora de justiça Ivana Machado Battaglin disse que a entidade já fez duas perícias em albergues municipais e que muitas instituições já foram notificadas. “Também há um inquérito sobre políticas públicas, que aborda a situação dos moradores de rua”, explicou.

O presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago (DEM), relatou que algumas denúncias também foram recebidas pela comissão. “Vamos analisar os casos relatados e atuar para fiscalizar”, afirmou.

Já o vice-presidente, vereador Professor Alex Fraga (PSOL), lembrou que em 2015 foi realizada, na Câmara Municipal, uma audiência pública que tratou sobre as pessoas em situação de rua, abordando a questão dos albergues. “Percebemos que as falhas, quando aconteciam, eram na parte estrutural”, descreveu.

A partir do que foi debatido na reunião, os vereadores sugeriram enviar notas taquigráficas da audiência pública e das demais reuniões onde foram discutidos temas relativos aos abrigos. Após, a promotora propôs que o Ministério Público realize uma inspeção a fim de verificar se os problemas persistem. Na sequência, os vereadores da Cedecondh, junto à Defensoria Pública e o próprio MP, realizarão visitas de acompanhamento ao trabalho dos albergues. Os parlamentares presentes frisaram que, se diagnosticadas irregularidades, elas serão relatadas à Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) do município.

Moradores do Túnel Verde reivindicam realização de obras

Na sessão da Cedecondh em 21 de junho, os vereadores receberam, na Câmara Municipal de Porto Alegre, os moradores do loteamento Túnel Verde, localizado no extremo-sul de Porto Alegre. A reivindicação da comunidade é de retomada das obras de macrodrenagem no local, além da pavimentação da rua Túnel Verde, no bairro Ponta Grossa, e a regularização fundiária de imóveis.

A reunião teve início com a apresentação de imagens, demonstrando as más condições de drenagem e da estrada de chão, com vários buracos e bocas-de-lobo trancadas. Segundo Marino França Vieira, morador do Túnel Verde, as obras foram paralisadas há cerca de um ano. “Temos esgoto a céu aberto e as obras simplesmente paralisaram” disse. A também moradora Laura Souza Fialho apresentou um documento protocolado pela Procuradoria Geral do Município (PGM), que, conforme sua leitura, justificava a paralisação das obras e do processo de regularização fundiária como resposta à invasão da quadra K do loteamento, destinada à construção de equipamentos públicos, como posto de saúde, escola e creche. Segundo a comunidade, a ocupação da quadra teria sido um protesto para que fosse agilizada a regularização dos terrenos.

Explicações

Representando a PGM, a procuradora Cristiane Catarina Oliveira admitiu que foi por ordem desta que as obras foram paralisadas, mas ressaltou que o processo de regularização dos imóveis está próximo de ser concluído. “Faltam ainda a apresentação de alguns documentos e a tramitação jurídica necessária”, afirmou. Já o engenheiro do

Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) Marcelo Daldon declarou que, durante a realização da obra, foram encontradas dificuldades não previstas. “Constatamos que seriam necessários mais recursos, e a autorização para a liberação está em análise”, explicou.

Gestora Executiva do Centro Administrativo Regional (CAR) do Extremo-Sul, Deise Farias afirmou que a demanda de macrodrenagem já foi recebida e encaminhada ao DEP. “Já fizemos um pedido para a retomada das obras, mas não obtivemos efetividade”. Pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana, o supervisor Alexandre dos Santos confirmou que será efetuada a limpeza da quadra invadida, outra requisição da comunidade. E o técnico do Departamento Municipal de Água e Esgoto Juarez Peres apontou a dificuldade em trabalhar no local, já que não há pavimentação, porém comprometeu-se em comparecer pessoalmente no Túnel Verde. “Vamos verificar se há algo a ser feito que seja de competência do DMAE. Se houver, procuraremos corrigir” afirmou.

Respondendo sobre a obra de pavimentação e microdrenagem, a engenheira Gisele Porto, representante da secretaria municipal de Obras e Viação (Smov) apontou que o setor está aguardando autorização para licitação da obra. “Não há recursos para a licitação no momento. O custo da obra estaria em torno de R\$ 15 milhões”, sentenciou.

Vereadores

Os parlamentares também se manifestaram. Dr. Thiago (DEM), presidente da Cedecondh, enfatizou que a solução não é fácil e que depende da comunidade. “É importante a demonstração de descontentamento e a pressão deve continuar, pois é possível sim encontrar recursos”, disse, frisando que esta "não seria mais uma reunião em vão, e sim

onde seriam buscadas soluções". Para Adeli Sell (PT), há uma morosidade por parte dos órgãos do governo. "Ou a prefeitura trabalha em conjunto ou o problema não será resolvido".

Encaminhamentos

No final da reunião, foram definidos os próximos passos a serem tomados pela comunidade. Primeiramente, será marcada uma reunião junto à PGM, afim de dirimir as dúvidas dos moradores e agilizar o processo de regularização fundiária. Também foi solicitada uma agenda com o diretor-geral do DEP, para que sejam fornecidas explicações mais precisas sobre o andamento da obra de macrodrenagem. Também ficou definido que o DMLU realizará a limpeza do terreno que foi ocupado e o DMAE fará uma visita para verificar se há alguma irregularidade sob sua responsabilidade.

Cedecondh debate situação dos professores após greve

A fim de discutir o cenário pós-greve dos municipais na área da educação, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) recebeu na Câmara Municipal de Porto Alegre, no dia 5 de julho, professores que aderiram à paralisação, encerrada na última semana, e representantes da Secretaria Municipal de Educação (Smed).



Vereadores ressaltaram necessidade de diálogo com professores

Elenice Correa, vice-diretora da Escola Municipal Professor Anísio Teixeira, afirmou que o prefeito da Capital, José Fortunati, feriu os direitos dos servidores ao cortar o ponto dos profissionais grevistas e ainda enfatizou que o tempo dado pelo Executivo para apresentação de um novo calendário escolar é insuficiente. “Temos que entregar (o calendário) até o dia 8 de julho, mas para estudarmos o planejamento desse calendário precisamos de mais tempo”, declarou.

Jacqueline Junker, diretora da Escola Municipal Porto Alegre, concordou com Elenice no que diz respeito à

inflexibilidade por parte da prefeitura. “Os calendários escolares são o reflexo das especificidades de cada escola. Ao invés de travarmos uma discussão coletiva, a mantenedora age de maneira autoritária e unilateral, indo contra princípios legais que pregam a autonomia e democracia escolar”, destacou. Ainda de acordo com Jacqueline, outras questões também afligem os professores.

“Vemos a progressiva retirada da Guarda Municipal das escolas, que já não têm serviço de portaria, os sistemas de alarmes não funcionam e muitos professores estão deslocados da função para fazer trabalhos administrativos, como organizar o ponto eletrônico”, concluiu ao afirmar a necessidade de comprometimento do poder público com o suprimento de novas vagas.



Elenice Corrêa (e) e Jaqueline Junker criticaram o corte do ponto

O diretor da Escola Municipal Pepita de Leão, João Willy Schmidt, disse estar estressado com a cobrança permanente sobre a função de diretor. “Como conviver, depois da greve, com esses colegas cujo ponto foi cortado? Eles estavam

exercendo seu direito. Estamos cobrando autonomia na escola, isso é lei. Temos muito pouco retorno para nossas reivindicações, o que está ocasionando diminuição de candidatos à direção de escolas, pois não nos sentimos valorizados”, finalizou.

Secretaria de Educação

Para Eliane Meleti, representante da Smed, o ponto eletrônico é um avanço. “Dá trabalho, perdemos tempo, mas através desta ferramenta fica registrada a carga horária do professor. O ponto regulamenta todas as situações”, disse. Sobre a greve, Eliane declarou que os dias de paralisação não são repostos. “O que se faz é completar o calendário, e o que a prefeitura pede, depois de quase duas semanas de greve, é que os dias perdidos sejam recuperados durante a semana. Outra orientação do prefeito é que cada secretaria organize a forma de pagamento dos grevistas, e isso se dará após o planejamento do calendário”, explicou.

Segundo Eliane, a rede municipal de ensino conta com 49 mil alunos para 4,2 mil professores, número que considera insuficiente. “Contudo, nos últimos dez anos renovamos mais de 50% da rede e, nas últimas semanas, tramitou na Câmara um pedido para criação de cargos”, explicou. Eliane também comentou que a Smed sempre se coloca à disposição dos professores. “A secretária Cleci (Jurach) faz mensalmente reunião com diretores, lê e responde a todos os e-mails, todos os diretores têm o celular dela, e ela sempre atende as chamadas”, afirmou.

Vereadores

Os vereadores Adeli Sell (PT) e João Bosco Vaz (PDT) defenderam o debate e a frequência do diálogo na busca por soluções democráticas. Professor Alex Fraga (PSOL) disse que os professores não podem estar em desvio de função e defendeu que todas as escolas tenham algum quadro reserva. Alex Fraga sugeriu ainda que os contatos da Smed junto às escolas devem ser feitos por meios oficiais. "Acredito que existe uma linha tênue que separa hierarquia de assédio moral".

Fernanda Melchionna (PSOL) disse ser inadmissível a prática de cortar o ponto dos servidores grevistas. "A greve é um direito constitucional, e essa é uma prática assediadora. Ninguém faz greve porque quer. São situações extremas que levam as categorias a fazer paralisações."

Sofia Cavedon (PT) disse ser testemunha de que não existe um diálogo real entre as escolas e a prefeitura, pois o que discutem não repercute nas políticas. "Isso é ferir a gestão democrática, exemplo disso é que nunca tivemos tanta itinerância de diretores e diretoras. Os professores têm medo da gestão", declarou.

O presidente da Comissão, vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), saudou a ação dos professores em trazer o debate sobre os problemas que envolvem a situação do ensino à Câmara. "A Cedecondh é e sempre será um canal de comunicação. Por essa razão, peço que os professores nos comuniquem das reuniões e encaminhem as pautas que estão discutindo, com o objetivo de incluir o conjunto dos vereadores nesta que é uma das áreas prioritárias da nossa sociedade.

Cedecondh evita o fechamento do Senai Restinga

Assim como evitar o fechamento do Hospital Parque Belém, deixando a população com uma casa de saúde a menos em Porto Alegre, a ação da Cedecondh para evitar o fechamento e pela manutenção do Senai Restinga foram duas das ações de mobilização dos vereadores para salvar dois patrimônios prestadores de serviço da capital. O primeiro na área da saúde, o segundo na educação.



Reunião foi decisiva para evitar o fechamento

O encontro pela manutenção do Senai no Bairro da Restinga lotou o Plenário Ana Terra, da Câmara Municipal de Porto Alegre, na tarde do dia (12/7), e foi, sem dúvidas um divisor de águas para acalmar os ânimos que começavam a se acirrar entre a prefeitura que se absteve à decisão de fechamento ao sistema Fiergs/Senai que já havia anunciado o fim das atividades da escola e a comunidade da Restinga que entrou em rota de colisão por não conseguir evitar o fim dos cursos. O encontro foi organizado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana

(Cedecondh) com a intenção de gerar um debate entre os representantes dos órgãos envolvidos e, conforme o presidente da comissão, vereador Dr. Thiago “porque a comunidade não quer e nós também não queremos o fechamento do centro”. Após o debate, a Cedecondh marcou uma reunião com o vice-prefeito Sebastião Melo para buscar uma solução.

Histórico

Criado em 1976, o Senai Restinga atende 80 alunos por ano possibilitando formação profissional aos jovens do bairro e é uma parceria entre o Senai e a Prefeitura. A escola oferece gratuitamente os cursos de manutenção elétrica, básico em madeira e mobiliário e eletricitista instalador predial. A causa para o possível fechamento é a necessidade de adequação do prédio, cedido pela prefeitura, às normas de acessibilidade e ao Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI). O custo para as reformas é de R\$ 480 mil e o impasse está em quem irá arcar com as despesas.



Senai da Restinga existe há 40 anos

Justificativas

O diretor regional e membro do Conselho Regional do Senai-RS, Carlos Trein, explicou que a Instituição não possui condições financeiras para realizar as mudanças e que “não podemos investir o patrimônio da indústria em um prédio público”. A função do Senai é formar profissionais para a indústria e foi decidido em reunião do Conselho Regional que alguns dos 148 centros do Rio Grande do Sul seriam realocados ou fechados, de acordo com as demandas e necessidades de cada região, pela falta de recursos do Senai em mantê-las abertas. No entanto, devido às reivindicações da comunidade, o diretor afirmou que “o Senai Restinga permanece aberto se forem realizadas as adequações legais”.

Segundo a moradora, mãe e esposa de ex-alunos da escola, os cursos também possibilitam “renda para que o aluno continue estudando e possa ajudar a família”. Rogério Deckeches, que há 31 anos realizou o curso de Elétrica na instituição, trabalha como eletricitista pelo município e disse que consegue sustentar a família graças aos conhecimentos adquiridos nas aulas. “O Senai possui uma função social muito grande, ainda mais na Restinga que possui um alto índice de vulnerabilidade social” e, se ele fosse fechado, seria “uma perda irreversível para a nossa comunidade”, finalizou.

A Restinga, localizada no extremo sul da cidade, possui cerca de 150 mil moradores distribuídos em 28 vilas. O professor Jaime Morticelli, que lecionou durante 36 anos no Senai Restinga, confirma que a escola é muito importante, pois “nós conseguimos resgatar muitos jovens”. O empreendedor Jeferson Carvalho tem “muito orgulho de dizer que foi formado pelo Senai” e atribui todas as suas conquistas à instituição, que “proporciona muitos exemplos de sucesso”.

Representando o Executivo municipal, o secretário municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic), Antonio Kleber de Paula, falou que a secretaria não possui verba no

orçamento de 2016 para realizar as mudanças e sugeriu que este problema seja levado até o Gabinete do Prefeito para buscar alternativas. A secretária de Trabalho e Emprego, Angela Oetinger, destacou a importância do centro, pois “falta qualificação dos trabalhadores”.

Falando pelo Legislativo, o vereador José Freitas (PRB) parabenizou a comunidade pela mobilização e afirmou: “Vamos trabalhar para manter e ampliar o Senai do bairro”. Prof. Alex Fraga (PSOL) comentou que o “gestor público tem responsabilidades” com a população e que os vereadores precisam colaborar para resolver o impasse. Por fim, Reginaldo Pujol (DEM), que ajudou na implantação do centro, declarou que “não vai sair da Restinga um Senai que eu ajudei a levar para lá”.

Estiveram presentes na reunião também os vereadores Marcelo Sgarbossa (PT), Jussara Cony (PCdoB), Cláudio Janta (SD), Delegado Cleiton (PDT) e Engenheiro Comassetto (PT), o representante do Ministério Público Estadual, Moisés Luis, e representantes do bairro, além de pais, professores e alunos do Senai Restinga.

Promessa Cumprida

Na semana seguinte a comissão liderada pelo vereador Dr. Thiago obteve a promessa do vice-prefeito Sebastião Melo de que o Senai sairia mantido na Restinga, como de fato aconteceu.

Cedecondh recebe demandas de pessoas em situação de rua

Em reunião realizada no dia 2 de agosto, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) recebeu uma série de demandas que envolvem as dificuldades das pessoas em situação de rua. O encontro na Câmara Municipal de Porto Alegre abordou desde casos de violência policial até problemas no Restaurante Popular.



Queixas foram levadas à comissão

Conselheiro fiscal do Fórum Fome Zero de Porto Alegre, Reinaldo Luiz dos Santos atua no Núcleo de População de Rua. “Pessoas que dormiam na rodoviária, na Praça da Matriz e em outros locais nos relataram que estão apanhando da Brigada. Essas denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público (MP) e à Defensoria Pública”, ressaltou.

O vereador Marcelo Sgarbossa (PT) perguntou se a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) tem dados sobre a violência policial. “É uma forma de sabermos se está

aumentando ou não. Também gostaria de saber se a abertura de sindicância nos órgãos policiais é acompanhada pela Fasc?”

Representante da Fasc, Patrícia Mônico respondeu que a violência estatal é velada. “A gente sabe que acontece, mas não chega até nós diretamente. Chegam mais quando envolve violência contra a mulher. Homens que sofrem violência, muitas vezes, não querem falar sobre isso”, informou a servidora, que trabalha com abordagem no Centro de Referência - CRAS Centro.

O vice-presidente da Cedecondh, Prof. Alex Fraga (PSOL), lembrou que a população de rua, normalmente, é invisível para a maioria da sociedade. “Precisamos abrir um canal de comunicação para tornar pública essa informação, que não chega pela via formal”, sugeriu o vereador.



Vereadores sugerem visitas a albergues

Comandante do 9º BPM, o tenente-coronel Marcus Vinicius Gonçalves ressaltou que a Brigada Militar participa de todas as reuniões comunitárias para ouvir a sociedade. Garantiu que medidas são tomadas para coibir possíveis

abusos. “Procurem a Corregedoria, pois todas as denúncias que chegam são apuradas”.

Patrícia Mônaco também falou sobre o aumento da população de rua. “A questão da moradia é mais visível. No viaduto da Borges de Medeiros, tem gente morando. São pessoas novas, no sentido de não terem situação de rua até então, e que fixam residência. Também temos percebido a volta do trabalho infantil em razão da crise econômica, que atinge as famílias mais pobres”, acrescentou. “Já a questão da violência urbana envolve o tráfico de drogas, afastando as pessoas de suas casas”.

Vereadora suplente pelo PT, Pérola Sampaio ressaltou a necessidade de rever conceitos. “Pessoas em situação de rua precisam de moradia e trabalho. Temos que articular ações para garantir dignidade”. Como proposta, sugeriu a retomada do projeto de embelezamento popular que ajudava as mulheres à procura de trabalho.

A presidente da ONG Projeto Filho, Laudice Maria Pinheiro, recomendou que se escute as pessoas em situação de rua para saber o que elas estão precisando. “Se começarem a ouvir, verão que nem todas são dependentes químicos ou ladrões”. Laudice salientou que o Sine mandou pessoas que procuravam trabalho de volta porque não tinha residência nem telefone para deixar como contato. “Eu tenho que dar o meu endereço para que elas possam se candidatar a algum serviço”.

Reinaldo dos Santos acrescentou a necessidade de criar uma política pública municipal de habitação popular. “Precisamos também de um comitê de usuários do Restaurante Popular. São muitas as críticas que chegam a nós. Não se pode cobrar um real a cada repeteco. Estão dizendo ainda que vão aumentar o preço do almoço”, alertou.

Jaqueline Junker, diretora da Escola Porto Alegre (EPA), que trabalha há 21 anos com pessoas em situação de rua, destacou que a ocupação no Departamento Municipal de Habitação (Demhab) reivindica transparência na questão do aluguel social. “É vergonhoso saber que está se pagando 500 reais por uma cama. Precisamos de uma política pública permanente para atender essas pessoas”.

Como encaminhamentos da reunião, o presidente da Cedecondh, Dr. Thiago Duarte (DEM), informou que serão feitos contatos institucionais para tratar das denúncias envolvendo abusos. Também garantiu que serão feitas visitas a albergues, em conjunto com a Ordem dos Advogados, MP e Defensoria.

A Secretaria Municipal da Saúde se comprometeu a fazer um levantamento da demanda reprimida de atendimento de dependentes químicos. “Quanto ao Restaurante Popular, se couber uma modificação legislativa municipal que garanta às pessoas o direito de levar um pouco de comida para casa, nós poderemos fazer”, afirmou Dr. Thiago.

CVV propõe criação do "Setembro Amarelo"

No dia 18 de agosto os representantes do Centro de Valorização da Vida (CVV) de Porto Alegre discutiram o projeto de lei sugerido pelo CVV que institui o evento "Setembro Amarelo" no Calendário de Eventos de Porto Alegre. A proposta tem por finalidade a reflexão e conscientização sobre a prevenção ao suicídio e valorização da vida.

"Possuímos postos no Brasil todo, onde, com dedicação e respeito, atendemos pessoas que precisam apenas conversar e desabafar", afirmou a coordenadora local, Liziane Eberle. De acordo com ela, o Rio Grande do Sul, líder nacional no ranking de suicídios, é o primeiro estado onde o serviço é gratuito, através do telefone 188. "O atendimento é realizado por voluntários que passam por cursos de capacitação", afirmou, lembrando que ainda é possível contatar o CVV através do aplicativo *skype* ou via e-mail.



Vereadores manifestaram apoio à proposta da entidade

Conforme Liziane, o centro também atua diretamente na comunidade. “Promovemos um grupo de apoio a sobreviventes de suicídio, tanto para os que já o tentaram como para familiares que sofreram com a perda”, explicou. Por fim, ela declarou que o objetivo principal do CVV é demonstrar o valor da vida. “Nosso pagamento é a satisfação de atender pessoas que nos ligam em grandes dificuldades e sentem-se melhores com nosso apoio”.

Representando a Secretaria Municipal de Educação (Smed), a diretora pedagógica Adriana Guedes expôs que o órgão possui um grupo de trabalho preventivo que atua nas escolas em que são constatados os problemas familiares de estudantes. “O objetivo é de que o jovem se sinta valorizado e que perceba seu valor para a sociedade e a importância da vida”, atestou.

Vereadores

O presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), afirmou que a melhor forma de prevenção ao suicídio é a discussão do assunto. “É um grande tabu que precisa ser vencido”. Na mesma linha, o vice-presidente, vereador Professor Alex Fraga (PSOL), atestou que o silêncio nunca é opção para o enfrentamento do problema. “É algo que deve ser debatido com a sociedade, sem que se estabeleçam rótulos”, disse.

Encaminhamentos

Na parte destinada aos encaminhamentos, o vice-presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), Mario Fraga, sugeriu que o CVV atue, por intermédio da Fasc, junto aos centros sociais atendidos por ela. Por sua vez, Dr. Thiago recomendou que representantes do CVV se

façam presentes na próxima reunião do grupo de trabalho preventivo da Smed. Ambas as solicitações foram acatadas pelos representantes do Centro. Por fim, os parlamentares Dr. Thiago, Prof. Alex e José Freitas (PRB) assinaram o projeto de Lei que institui o “Setembro Amarelo” e comprometeram-se a apresentá-lo em plenário.

Acelbra cobra implementação de leis no Dia Municipal do Celíaco

No dia 13 de setembro, o debate na Cedecondh foi em torno da proteção jurídica ao portador de doença celíaca (intolerante ao glúten) em Porto Alegre. O encontro marcou o primeiro Dia Municipal do Celíaco, após a aprovação, pelo legislativo, do Projeto de Lei que instituiu a data.



Ester lembrou que corpo de celíaco não tolera a mínima quantidade de glúten

Falando em nome da Associação dos Celíacos do Brasil (Acelbra) – Seccional RS, a vice-presidente Ester Benatti

lembrou que, além da data supracitada, duas outras leis foram conquistadas pelos celíacos na atual legislatura. “Foram aprovadas tanto a lei que obriga os restaurantes, bares, lanchonetes e congêneres a informar aos consumidores acerca da presença ou não de glúten na composição dos alimentos preparados e comercializados quanto a que prevê que produtos sem glúten ou lactose fiquem em gôndolas separadas nos estabelecimentos comerciais”, ressaltou.

Realizando uma apresentação aos presentes sobre a definição, sintomas e tratamento da doença, Ester sublinhou a importância do cuidado com a alimentação do celíaco. “Sequer uma mínima quantidade de glúten é tolerada pelo organismo”, afirmou. Em seguida, em nome da entidade, questionou a não-regulamentação da lei que trata da informação aos consumidores sobre presença de glúten nos alimentos e a não-divulgação do resultado de exames de pessoas com suspeita de intolerância ao glúten. “Já temos as leis instituídas, agora precisamos que elas saiam do papel”, finalizou.

Informação

Representando o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e o Movimento Edy Mussoi de Defesa do Consumidor, Cláudio Pires Ferreira salientou que as entidades estão à disposição da Acelbra. “Não há como orientar o consumidor sem informação sobre o tema, por isso ela deve ser difundida em todas as idades e classes sociais”, disse ele. Na mesma linha, manifestou-se a presidente do Conselho Regional de Nutricionistas, Jacira dos Santos. “A desinformação é o principal problema, principalmente dos pais nos cuidados com os filhos”, acrescentou.



Cedecondh cobrou do Executivo a regulamentação das leis

O presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago (DEM), leu uma carta enviada pelo diretor administrativo do Procon Porto Alegre, Cauê Vieira. No documento, Vieira ressalta que é de responsabilidade do Procon a regulamentação da lei que obriga a exposição clara sobre a presença de glúten nos alimentos. Contudo, ele alega, “a legislação foi aprovada com veto parcial, mas promulgada em sua totalidade”, o que geraria inconstitucionalidade na matéria.

Nos encaminhamentos da reunião, ficou definido que haverá uma reunião entre o Procon Porto Alegre, a Procuradoria Geral do Município e o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, com a presença da Cedecondh, para que seja definida a regulamentação da lei. O vereador Dr. Thiago também disse que solicitará à secretaria municipal de Saúde os dados sobre exames cujo reagente foi positivo para doença celíaca em Porto Alegre. Estiveram presentes na reunião além da presidente da Acelbra/RS, Fabiana Magnabosco, representantes da secretaria municipal de Educação, Procon RS e Vigilância Sanitária Estadual.

Cedecondh alinha acordo para reciclagem do lixo na comunidade Beira do Rio

No dia 27 de setembro os vereadores receberam a comunidade Beira do Rio, do Bairro Humaitá. A reivindicação dos moradores dizia respeito à regularização e instalação de um galpão para a reciclagem de resíduos sólidos na localidade, que fica na zona Norte de Porto Alegre.



Soares disse que 32 famílias de recicladores estão sem trabalho

Representante da Associação de Moradores e Amigos da Vila Beira do Rio (Amavbr), o reciclador José Pedro Soares explicou que, sem o acesso ao trabalho, as pessoas passam por dificuldades. “São 32 famílias impedidas de realizar a coleta, por isso pedimos ajuda para que se termine a construção do galpão e que o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) nos forneça os resíduos necessários”, explicou.

Pela Associação do Voluntariado e da Solidariedade (Avesol) – entidade que realiza trabalho voluntário na Beira do Rio, o padre Rudimar Dal’Asta enfatizou as necessidades da comunidade. “As famílias gostam do trabalho e precisam do

galpão para realizá-lo e garantir seu sustento. Uma van foi conseguida para o transporte de materiais, mas ela é autuada seguidamente e recebe multas que os moradores não têm como pagar”, garantiu ele, em posição enfatizada pelo advogado e defensor da Amavbr, Fabriciano Alves.

Dificuldades

Diretor geral adjunto do DMLU, Vercidino Albarello expôs que o Departamento passa por dificuldades, tanto na questão financeira quanto para garantir quantidade de matéria-prima suficiente aos recicladores. “Podemos dizer que não há resíduos sólidos suficientes para todos os profissionais da reciclagem, que aumentaram significativamente no último ano. Da mesma forma, não há viabilidade de recursos para a conclusão do galpão neste momento”, disse ele.



Coleta em condomínios

Por outro lado, Albarello explicou que pode ser adotado um sistema onde seja autorizada a separação do lixo em uma unidade não cadastrada oficialmente. “A comunidade pode entrar em acordo com locais que forneçam resíduos e realizar

a coleta. Para isso, cabe analisar a situação e a possibilidade de adequação dos coletores, em um processo parecido ao que ocorre na Vila Santo André”, explicou.

Cidadania

Representando o Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), o chefe de gabinete José Arnildo de Mello demonstrou preocupação com a falta de acesso aos direitos básicos na Beira do Rio. “Gostaríamos que a comunidade solicitasse um contato junto ao Dmae para que haja a possibilidade de cadastrá-la no programa de Consumo Social, onde, mesmo não estando totalmente regularizada, ela possa receber água potável”, solicitou.

Vereadores

A vereadora Fernanda Melchionna (PSOL), proponente do encontro, afirmou que esteve no local e comprovou, além da necessidade de estrutura, a ausência de serviços públicos. “Não há pavimentação nem garantia à saúde ou ao acesso a equipamentos públicos, além da ausência de uma política habitacional”, disse. Conforme a parlamentar, o desejo é de que o galpão atual, que foi iniciado pela comunidade, seja concluído e esteja apto a reciclar o lixo. “Queremos que os trabalhadores sejam tratados com dignidade”, declarou.

Para João Ezequiel, também do PSOL, é necessário garantir o direito de trabalhar aos moradores da localidade. “Sabemos que o município tem sua responsabilidade, e a solução que, creio são ser tão difícil, deve ser rápida”, declarou. Na mesma linha, seu colega de partido, Professor Alex Fraga, destacou que “os direitos básicos devem ser atendidos e os recicladores não podem sofrer consequências de uma lei que visa à punição de irregularidades maiores”,

referindo-se às multas aplicadas no veículo de transporte de material reciclável.

Encaminhamentos

Na parte destinada aos encaminhamentos, ficou definido que será realizada uma visita à comunidade por parte da Cedecondh e dos órgãos presentes na reunião. Neste encontro, será estudada a possibilidade de permitir a coleta de resíduos em condomínios parceiros da comunidade Beira do Rio, o que, de acordo com os moradores, seria um passo importante para garantir o sustento das 32 famílias que residem no local. Também será enviado um comunicado à Secretaria de Governança para que anistie a van da comunidade de multas aplicadas, como prevê a legislação vigente.

Estiveram presentes ainda representantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) e da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do RS.

Impasse legal dificulta geração de renda para comunidade de recicladores no Humaitá

A comunidade da vila Beira do Rio, no bairro Humaitá, passa por um momento de dificuldades por não conseguir exercer sua principal atividade remunerada, a reciclagem. A maior parte dos moradores sempre trabalhou como catador, mas, com a proibição da circulação de carroças, não consegue mais atuar nessa atividade. Ao mesmo tempo, não se sentem contemplados pelas alternativas oferecidas pela Prefeitura para formação e geração de renda disponíveis e buscam regularizar uma usina de triagem própria. No entanto, devido à falta de verbas, a estrutura não é suficiente para receber os materiais provenientes da coleta seletiva feita pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).



Famílias inteiras dependem da reciclagem

Os moradores procuraram a Comissão de Direitos Humanos e do Consumidor (Cedecondh) da Câmara de Vereadores, presidida pelo vereador Dr. Thiago, relatando a

situação e buscando o apoio dos parlamentares. “São 32 famílias, das quais só uns 4 ou 5 trabalham de empregado, o resto todo mundo depende da reciclagem. Nós vamos e fazemos o recolhimento e cada um traz para suas casas e recicla. Mas como foi feita a proibição das carroças, dificultou”, explica o presidente da Associação de Moradores e Amigos da Vila Beira do Rio (Amavbr), o reciclador José Pedro Soares.

A comunidade gostaria de conseguir regularizar o galpão que começaram a construir, mas o DMLU afirmou não ter condições de auxiliar nesse processo. “Não há possibilidade de destinar resíduos sólidos com o galpão em condições precárias. Temos que seguir o que diz a legislação”, afirmou o diretor da Divisão de Limpeza e Coleta do DMLU, Felipe Kowal, durante visita do Departamento e dos vereadores à comunidade. Atualmente, a política de reciclagem é gerida pelo programa Todos Somos Porto Alegre, que administra as 18 unidades de triagem existentes na cidade.



Galpão de reciclagem improvisado construído pela comunidade da Vila Beira do Rio

Para entrar no programa, seria necessário melhorar o galpão, respeitando as exigências legais. Nem todas as comunidades têm como cumprir os requisitos, mas têm como objetivo auxiliar mais recicladores a se tornarem cooperativados e regularizar seu trabalho, segundo a coordenadora do programa, Denise Souza Costa. “Agora estamos indo para comunidades que ainda não estão organizadas, mostrando para pessoas que elas podem se organizar, mas tem várias condicionantes. Não pode ser em ocupação, terreno que alague, que seja de risco, por exemplo. Mas queremos que vejam que eles organizados, têm mais chances de evoluir”, garante.

Esse pode ser um entrave para que a vila receba uma unidade de triagem: o local, ocupado há cerca de 20 anos, não está totalmente regularizado. Segundo José Paulo, a área pertence ao Estado, mas pedidos de reintegração de posse já foram negados três vezes pela Justiça e, atualmente, um processo de usucapião tramita em favor dos moradores, mas ainda sem conclusão. Por ser próximo da Arena do Grêmio, os moradores desconfiam que, em breve, o Grêmio queira comprar o terreno, situação em que esperam ser indenizados, mas que por enquanto não passa de especulação.

O vereador Alex Fraga (PSOL), vice-presidente da comissão, relata que, além disso, o galpão tem o telhamento só até a metade e não tem paredes. “Todo o esforço partiu da comunidade, que reuniu dinheiro, botou mão na massa, fizeram em esquema de mutirão. Mas precisam qualificar o espaço para receber o material. Eles receberam doações, de piso por exemplo, mas é uma situação bem delicada, uma comunidade bem carente. Pedimos que os técnicos do DMLU apontassem ou indicassem projetos que existem para que a comunidade pudesse ter algumas diretrizes para fazer os melhoramentos necessários”, explicou Alex.

No entanto, enquanto o entrave não se resolve, a situação da comunidade está cada vez mais grave, de acordo com José Pedro, que explica que as famílias estão “vivendo de migalhas, de bicos”. “Não sei até quando vão conseguir se manter assim. A princípio, eles [técnicos do DMLU] disseram que teria que ser um galpão de alvenaria, que tem que desmanchar todo e fazer de novo, isso dificulta um pouco. Se botasse um telhado e fechasse na volta, daria pra trabalhar uma porção de pessoas ali, ”só não estamos porque não tem telhado, não tem como abrigar todo mundo”, afirma o líder comunitário.

Outro ponto que tem dificultado a geração de renda é o fato de a Prefeitura estar também multando a van que havia sido comprada pela comunidade, após a proibição das carroças. Segundo Dr. Thiago, e eles tinham parcerias com alguns condomínios das proximidades, iam até lá e combinavam com moradores um horário para buscar os resíduos. Não podiam mais usar a carroça, “então compraram um caminhãozinho e fazem a captação e a triagem” disse o vereador lembrando que a EPTC “está em cima”, porque veículos sem autorização não podem fazer esse tipo de coleta, então estão tendo os veículos multados, “o que precisa ser revisto” afirmou Dr. Thiago.

Apesar das dificuldades que cercam a comunidade da vila Beira do Rio, a reciclagem feita de forma autônoma pode ser uma alternativa viável para a comunidade, segundo o diretor geral adjunto do DMLU, Vercidino Albarello, explicou em reunião na Câmara. De acordo com ele, pode ser adotado um sistema onde seja autorizada a separação do lixo em uma unidade não cadastrada oficialmente. “A comunidade pode entrar em acordo com locais que forneçam resíduos e realizar a coleta. Para isso, cabe analisar a situação e a possibilidade de adequação dos coletores, em um processo parecido ao que ocorre na Vila Santo André”, afirmou. Esse processo, porém, também pode ser dificultado devido ao fato da

situação não ser regularizada, assim como o fornecimento de água e a pavimentação das vias. A Câmara pretende auxiliar no diálogo com os órgãos responsáveis na tentativa de encontrar uma solução para a situação das famílias da Beira do Rio.

Técnicos em enfermagem reclamam regressão

A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), da Câmara Municipal de Porto Alegre, realizou no dia 11 de outubro, reunião com técnicos em enfermagem que estão passando por problemas de progressão de categoria há quase dois anos. Autoridades municipais também participaram do encontro.



Comissão reuniu funcionários e representantes do governo municipal

O técnico Cid Capellari explicou a situação: “Trabalho com isso há 16 anos e só tinha uma progressão. Depois que fui chamado para um concurso, eu regredi da categoria B para

a A, por causa de uma mudança na legislação”. Salete Masiero está na mesma situação: “Quando a gente soube, a mudança na lei já estava em andamento. Ninguém nos avisou antes”. A justificativa dada pela Procuradora-Geral do Município (PGM) foi de que os técnicos em enfermagem em questão exerceriam funções diferentes. Salete disse que eles desempenhavam a mesma função. Em reunião com autoridades, os técnicos conseguiram pagamento retroativo, parcelado em 12 vezes.

O vereador Adeli Sell (PT) declarou que “o direito tem que sustentar a política, e não o contrário”, e sugeriu um encontro dos servidores com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a PGM, o Comitê Gestor e o Gabinete da Vice-Prefeitura em, no máximo, 15 dias. “Qualquer coisa, podemos recorrer ao Ministério Público”, disse Adeli.

O vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) afirmou que “a questão é urgente”, visto que houve troca na Secretaria Municipal da Fazenda e isso pode dificultar as negociações. Alex ainda citou a hipótese de parcelamento dos salários dos municipais: “Tempos duros virão”.

Já o presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), disse: “É preciso um prazo para essa concretização e evitar a judicialização da situação. Isso não pode perdurar até a outra gestão”.



Cid Capellari disse que regrediu da categoria B para a A após mudança na legislação

Rosimeri Chaves, da Secretaria Municipal de Administração (SMA), garantiu que irá fazer um histórico detalhado do processo e pediu desculpas pelo desconhecimento do problema. Susana Reis, também da SMA, declarou que o processo “foi para o Comitê de Política Salarial e tem que ser validado pelo Comitê Gestor. A Secretaria está aguardando a resposta”.

Ao final da reunião, foram encaminhados um documento às autoridades solicitando providências em até 15 dias, uma reunião na Prefeitura e a solicitação de datas concretas para os pagamentos parcelados. Também estiveram presentes na Cedecondh os vereadores João Ezequiel (PSOL) e Marcelo Sgarbossa (PT).

Falta de infraestrutura do terminal de ônibus prejudica moradores da Restinga

A falta de infraestrutura do terminal de ônibus da Restinga foi o tema da reunião realizada pela Cedecondh no dia 18 de outubro, na Câmara Municipal de Porto Alegre. A licitação do transporte coletivo de Porto Alegre, que entrou em vigor em fevereiro deste ano, mudou a empresa de ônibus que prestava serviços ao bairro: a Restinga Transportes Coletivos, que operava na região desde o final da década de 1980 e possuía uma garagem no local para guardar os automóveis, foi substituída pela Viva Sul Consórcio. A nova empresa, que pertence à Trevo, transferiu a garagem para a sede da empresa, a 16 quilômetros da Restinga, e criou uma nova garagem ao lado do terminal para estacionar os coletivos.



Vladimir Machado disse que comunidade interdito o local por falta de condições de uso

Entretanto, os moradores não ficaram satisfeitos com a mudança, pois a nova garagem está situada “em cima de um banhado”, como informa o morador Vladimir Batista Machado. “Os ônibus ficam atolando e tem poeira para todos os lados. Quando chove fica cheio de barro e inunda as casas no

entorno”. Ele ainda conta que a comunidade interditou o local por não possuir condições mínimas de uso. Outra moradora, Cristiane Machado, complementa dizendo que a empresa começou a usar o terminal como garagem “sem nenhum tipo de planejamento”. “O local precisa de drenagem, pavimento e iluminação”, relatou.

O terminal está situado no meio do bairro com comércio, posto de saúde, casas e uma creche para crianças excepcionais ao lado. Os moradores relatam que, com o local interditado, os coletivos começaram a ser estacionados na rua, em frente às casas, impedindo que os carros consigam entrar nas residências. Além disso, os ônibus são ligados a partir das 4 horas da manhã, atrapalhando os residentes.

Cristiane Machado afirma que a comunidade está mobilizada e cobrou prazos às autoridades para resolver a situação. “Mais do que uma questão de infraestrutura, é uma questão humana que tem que ser tratada com bastante seriedade”.



Vereadores pediram que EPTC apresente um projeto para o local em dez dias

EPTC

Para o gerente de Planejamento de Trânsito da Empresa Pública de Transportes e Circulação (EPTC), Flavio Antônio Tumelero Junior, “a situação lá está bem complicada” em função dos problemas com o solo e assegurou que os ônibus estão proibidos de entrar no terminal até que ele esteja adequado para o uso. O gerente explicou que, no edital da licitação do transporte coletivo, não havia a indicação de onde as garagens deveriam ficar, constava apenas que precisariam estar dentro da bacia ao qual pertenciam as linhas. Nesse caso, a garagem da Trevo está dentro da área prevista abrangendo a Região Sul da cidade. Ele também explanou que está em tratativas com a Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov) e o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) para criar um projeto para regularizar a infraestrutura do terminal.

Já o coordenador administrativo do Consórcio Viva Sul, Manoel Antonio Rey, disse que a empresa se preocupou com a transferência dos ônibus e optou por colocá-los ao lado do terminal para facilitar o trabalho. Ele contou que “necessidades financeiras” fizeram o Consórcio vender a antiga garagem, localizada no bairro, e atribuiu os transtornos causados à população à dificuldade de trabalhar com o solo, que é argiloso.

O representante do Procon de Porto Alegre e da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (Smic), Cauê Vieira, ressaltou que a população precisa denunciar o que está acontecendo ao Procon para que ele possa agir. De acordo com Vieira, desde que seja cumprida a tabela horária e não haja danos para a população, como poeira, barro e barulho, é de responsabilidade do Consórcio decidir em que lugar ficará a sua garagem, e o poder público não pode interferir nessa decisão.

No entanto, a partir do momento em que forem comprovadas irregularidades, o governo municipal pode se manifestar e exigir o cumprimento do que está exposto no edital. “A responsabilidade do cidadão é denunciar, pois só assim poderemos fazer alguma coisa.” Dr. Thiago Duarte (DEM) pediu aos moradores que enviem as fotos e vídeos que eles afirmaram possuir para a Comissão e para o Procon para notificar as denúncias.

Também presentes na reunião, moradores da Restinga, representantes do Conselho Tutelar do Extremo Sul, do Movimento de Defesa do Consumidor e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH).

Encaminhamentos

O presidente da Comissão, vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), cobrou dos representantes da EPTC e do Consórcio um prazo para resolver a situação do terminal. Assim, ficou acordado que em dez dias a EPTC apresentará um projeto do que será feito no local e quanto tempo demorará, e a Viva Sul terá este mesmo prazo para encontrar um local para guardar os coletivos. “O ônibus não pode ficar parado às 4 horas da manhã na frente da casa das pessoas”, finalizou.

Nomeação de oficiais da Guarda Municipal

A nomeação de oficiais aprovados em concurso para Guarda Municipal foi assunto da comissão no dia 8 e novembro. A reunião foi presidida pelo vice-presidente da Cedecondh, vereador Professor Alex Fraga (PSOL).

Representando os aprovados no exame, Cristiano Rodrigues da Silva disse que o grupo está ciente de que há vagas em aberto e entende que a cidade precisa de novos guardas. “Somos 290 profissionais, que vencemos todas as fases do concurso até aqui e queremos prestar serviço à Porto Alegre”, afirmou, declarando que os futuros servidores se sentem “abandonados” pelo poder público. “Não queremos tomar o lugar da Brigada Militar, mas auxiliá-la”, completou.



Candidatos classificados no concurso participaram da reunião

Chefe da equipe operacional da Guarda Municipal, Fábio Ferigolo expôs que a entidade sente falta do apoio do Executivo. “Temos muitos cargos vagos e precisamos de pessoal, mas também nos faltam equipamentos, armamento adequado e viaturas”, relatou.

Conforme Ferigolo, a crise na segurança pública não será combatida apenas com aumento do efetivo. “Não resolve

simplesmente colocar mais guardas na rua se não houver equipamento adequado ao trabalho”, disse.

Administração

Pela Secretaria Municipal de Administração (SMA), a supervisora de Recursos Humanos Susana Coelho esclareceu que o processo de nomeação deve passar pelos trâmites legais adequados. “Precisamos de um requerimento por parte da secretaria responsável (Segurança) para dar andamento.

Tão logo seja realizado o pedido, teremos condições de atendê-lo rapidamente”, explicou, alertando sobre os possíveis entraves financeiros. “A despesa com pessoal não pode passar do limite definido na Lei de Responsabilidade Fiscal”, advertiu.

Também membro da SMA, o administrador da Coordenação de Seleção e Ingresso, Demétrio de Souza Vasnieski, ressaltou que é necessário o exame psicotécnico para a aprovação definitiva dos concursados. “Ainda há uma última etapa do concurso, que diz respeito à avaliação psicológica para o porte de armas. Somente a partir do pedido da Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG), apontando o número de vagas necessário, poderá ser feito o exame final e, a partir de então, se dará sequência no processo de nomeação”, explicou.



Cedecondh pedirá que Executivo defina o número de novos guardas municipais necessários

Vereadores

O primeiro parlamentar a se manifestar foi Professor Alex Fraga (PSOL). “Uma de minhas grandes preocupações é a onda de violência que assola o município, e vejo a Guarda Municipal como a possibilidade de contribuição à prefeitura na área de segurança”, disse ele, sublinhando que o Executivo “se omite” nesse quesito. Para José Freitas (PRB), a nomeação só ocorrerá a partir de 2017. “Acredito que, neste ano, ninguém será chamado, mas tenho certeza que a partir do próximo haverá a convocação de todos, dada a importância para a cidade”, destacou. Na mesma linha, o presidente da Cedecondh, vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), mostrou-se esperançoso com a nomeação. “Há boas expectativas sobre o que a nova administração trará em termos de segurança pública.

Encaminhamentos

Oficiar a Secretaria Municipal de Segurança, para que encaminhe à Secretaria de Administração o número de guardas municipais necessários, para que sejam realizados os exames psicotécnicos nos candidatos em questão. Também será enviado à Prefeitura municipal um requerimento para que a Lei Federal 13.022, de agosto de 2014, que trata sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, seja regulamentada em Porto Alegre.

SMIC se compromete a agir com rapidez na Cidade Baixa

Criminalização, interdição de estabelecimentos e desorganização das ruas no bairro Cidade Baixa foi o tema da reunião do dia 22 de novembro na sala da Cedecondh. O presidente da comissão vereador Dr. Thiago Duarte (DEM), mostrou diversas imagens de locais do bairro que operam ilegalmente vendendo bebidas alcoólicas e drogas, além de não respeitarem o horário de funcionamento da região e não possuírem um bom acondicionamento acústico, prejudicando os moradores. “Há quatro estabelecimentos que podem se adequar, e nós temos que apoiar a Smic (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio) nessas ações”, disse.



Grupo de trabalho vai atuar nas demandas

Falando em nome da Smic, José Fernando Godoy, diretor-adjunto de Fiscalização, contou que a secretaria tem muitas outras atividades para atender e afirmou que é importante que outros órgãos municipais possam ajudá-la. “Temos o registro fotográfico e estamos monitorando e acompanhando alguns lugares para interditá-los o mais breve possível”, informou. Ele explicou que a Smic diminuiu a

atuação na Cidade Baixa durante o período eleitoral, pelo grande número de pessoas transitando no bairro, mas que já está retornando à rotina normal.

Rodrigo Kandrik, representando a Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov), disse que a iluminação da Cidade Baixa está sendo melhorada a pedido dos moradores e que não existem muitos estabelecimentos com problemas, “mas estes causam um grande estrago”. Já Mario Marros, diretor do CAR Centro (Centro Administrativo Regional) afirmou que há muitas denúncias de perturbação de sossego por parte dos moradores e sugeriu a criação de um regulamento para organizar os eventos em via pública que atrapalham as pessoas que residem no bairro.

O vereador Adeli Sell (PT) afirmou que é preciso trabalhar com várias secretarias para fazer uma “fiscalização conjunta e unificada” no bairro Cidade Baixa. Também estiveram presentes na reunião a Guarda Municipal e a Brigada Militar.

A criminalidade na Cidade Baixa diminuiu, de acordo com os números e dados apresentados pelo Delegado Jardim, da 1ª Delegacia de Polícia, localizada no Centro, que atende os acontecimentos do bairro. Segundo o delegado, as brigas entre gangues e os grandes assaltos diminuíram, entretanto, os furtos e roubos continuam acontecendo diariamente e cerca de 94% deles são cometidos por moradores de rua. A 1ª DP atende 22 mil ocorrências por ano, de acordo com Jardim. “É o maior número de atendimentos do Estado”, disse.

A representante da Associação de Comerciantes da Cidade Baixa, Maria Isabel Nehme, disse que estava feliz com as discussões feitas na reunião. “Parece que estamos chegando no final do diagnóstico. Agora temos que partir para a ação para melhorar o bairro como um todo. Se airmos

organizadamente, conseguiremos melhorar essa situação”, finalizou.

Encaminhamentos

Ao final da reunião, ficou decidido que a Cedecondh criará um grupo de trabalho com diversas secretarias para resolver as demandas da Cidade Baixa. O grupo se encontrará mensalmente para discutir soluções

Resultado: Na mesma semana a Smic fechou um dos estabelecimentos denunciados na reunião da Cedecondh e na semana seguinte mais três.

Adulteração do leite e seus derivados

A operação Leite Compensado e seus desdobramentos foi o assunto da reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre em 29 de novembro. A preocupação com as fraudes no leite consumido pelos gaúchos esteve presente nas falas dos vereadores e dos representantes das entidades que participaram do encontro.



Entidades ligadas a defesa do consumidor e direitos humanos participaram da sessão

A operação Leite Compensado começou em fevereiro de 2013 e foi realizada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em três anos de operações, divididas em 11 etapas, cerca de 200 pessoas foram denunciadas e mais de 50 envolvidos presos, dos quais 22 em sentença definitiva. O promotor de justiça do MP estadual Mauro Rokenbach contou que a abertura das investigações se iniciou com a descoberta de um “pó mágico” encontrado no leite comercializado em Porto Alegre.

O pó era ureia fertilizante utilizada para mascarar a água acrescentada no laticínio. O leite congela a 530°C negativos e a 550°C negativos. Quando a água é adicionada, o ponto de congelamento muda para perto de 0°C . No entanto, a ureia conserva o congelamento nos graus do leite natural, além de manter a densidade e o teor proteico do leite. Assim, o componente disfarça as propriedades que são alteradas com a adição de água, mantendo o leite com aparência e volume natural.

“O leite aceita vários ajustes”, afirma Rookerbach, permitindo que os produtores e empresários cometam irregularidades para burlar a fiscalização e aumentar os lucros. “Na operação encontramos fraudes em todas as etapas de produção e industrialização. Nós estamos diante de uma cultura criminoso que há muito tempo adultera o laticínio”

Segundo o promotor, para acabar com a prática é necessário “um sistema eficiente de repressão, uma fiscalização permanente e efetiva e uma legislação atualizada e rigorosa”, pois as penas para as fraudes ainda são muito amenas, e as técnicas de adulteração são cada vez mais sofisticadas.



Os Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), que pertencem ao Mapa, participaram das operações. O auditor fiscal federal agropecuário Tiago Charão de Oliveira explicou que na oitava etapa da Leite Compensando surgiram evidências de adulterações nos queijos e foi criada a Queijo Compensado, que teve quatro etapas. “Tinha de tudo, menos queijo, naqueles produtos”, comentou sobre as análises das mercadorias apreendidas.

Ele ainda falou que 90% das amostras analisadas no estado são de leite, gerando mais de 1 milhão de análises anuais. “Existe uma indústria da fraude que contrata profissionais qualificados para saber o que ainda não foi pego na fiscalização”.

O vereador João Bosco Vaz (PDT) disse que os detalhes relatados sobre as fraudes pelos investigadores mostraram a maneira como os infratores agem. “Parece que eles estão sempre descobrindo alguma coisa para burlar a fiscalização”. Já Alex Fraga (PSOL) parabenizou as entidades envolvidas nas operações por trabalharem em prol da saúde pública.

Também participaram da reunião, o secretário municipal de Direitos Humanos, Wilson Pastorini, e representantes da Vigilância Sanitária e da OAB-RS.

Retiro a Ponta Grossa e os alagamentos

Moradores da Associação Estrada Retiro da Ponta Grossa (Amoerp) debateram o Corredor Ecológico projetado para o bairro e as zonas de alagamento provocadas pelo aterramento e ocupação de um terreno paralelo ao Arroio do Salso, que deságua na região.



Levantamento comprova irregularidades

De acordo com o presidente do conselho da Amoerp, Luiz Carlos Borges de Castro, a área, que seria destinada à implantação de um Corredor Ecológico, e que fica ao lado de uma Área de Proteção Permanente (APP), próxima à Estrada do Retiro da Ponta Grossa, está ocupada ilegalmente. “O local foi aterrado indevidamente, o que provoca o transbordamento do arroio, impedindo o direito de ir e vir das pessoas”, afirmou ele, dizendo que a situação atual representa risco à comunidade.

Na mesma linha, a presidente da associação, Ivani Teresinha Zorzo, falou que o assoreamento do terreno é

diretamente ligado às zonas de alagamento na comunidade. “O proprietário, após o aterramento, loteou indevidamente o espaço, o que deixa a avenida principal do Retiro da Ponta Grossa intransitável”, alegou. Segundo ela, cerca de 50 famílias, adquirentes do terreno, ocupam o local.

Ações legais

Questionados pelo vereador Adeli Sell (PT) sobre possíveis ações legais contra o proprietário, os representantes da Amoerp afirmaram que já existem processos em tramitação. “Já foi impedida a construção e o loteamento, mas ele desrespeitou o tratado. Também tentamos intervir junto às secretarias de Urbanismo (Smurb) e Meio Ambiente (Smam), mas sem sucesso”, afirmou Luiz Carlos. “Existem também duas ações civil-públicas na Procuradoria-Geral do Município”, completou Ivani.

Após ouvir a explanação dos representantes da comunidade, o vereador Adeli Sell sugeriu uma reunião imediata junto à PGM. “Eu conheço a região e creio que é preciso pressionar a procuradoria para que se tomem medidas legais”, alegou, sugerindo que seja levado ao órgão os materiais da Smam, Smurb e do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) referentes ao espaço.

Conforme Alexandre Burman, supervisor de Meio Ambiente da Smam, a ação da pasta fica está restrita às indicações da PGM. “Estamos aguardando os movimentos da procuradoria”, destacou. Nesse sentido, a bióloga da secretaria, Maria Carmem Bastos, explicou que a área é muito importante, e a ideia seria torná-la uma Área de Proteção Ambiental (APA). “Há muitas espécies que dependem daquela área e que precisam ser preservadas”, justificou.

Encaminhamentos

Após o encontro, ficou definido pelo presidente da comissão, vereador Dr. Thiago (DEM), que será realizada uma reunião oficial da Cedecondh, munida de subsídios do Dmae, Smurb, Smam e da Amoerp, junto à Procuradoria-Geral do Município, para que haja o acompanhamento das ações que já constam no órgão e a celeridade no processo de regularização da área. Também será agendado um encontro junto à Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre.

Também estiveram presentes na reunião os representantes das secretarias municipais de Segurança (Smsseg) e Urbanismo (Smurb), Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), Polícia Civil e Brigada Militar.

Relatório das atividades, em 2016, da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública – Cedecondh, da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre.

ORGANIZADO POR:

Flávio Damiani

TEXTOS:

Carlos Scomazzon, Claudede Barcellos, Marco Marocco, Milton Gerson, Mariana Kruse, Jonathan Colla, Lisie Venegas, Maurício Macedo, Cleonice Maria Schlee, Ananda Zambi, Paulo Egidio

FOTOS:

Elson Sempé, Ederson Nunes. Leonardo Oliveira, Diógenes Alvares, Guilherme Pio de Almeida, Esteban Duarte, Josiene Silva, Matheus Piccinini

DESIGNER:

Paula Hoffmann Amantéa

EQUIPE CEDECONDH:

Renata Beatriz Mariano e Vilmar Almeida da Fonseca



CEDECONDH

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e
Segurança Urbana da Câmara Municipal de Porto Alegre

2016